

APRESENTAÇÃO

Eguimar Felício Chaveiro

Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, GO, Brasil.
eguimar@hotmail.com

Rosselvelt José Santos

Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, MG, Brasil.
rosselvelt.ufu@gmail.com

Adão Francisco de Oliveira

Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, TO, Brasil.
eduardonobre@usp.br

Ao longo do século XX o projeto da integração do território nacional, mediado pelas forças econômicas, foi se consolidando gradativamente. Em que pese a forte combustão dada a este projeto pelo governo de Getúlio Vargas, foi mesmo a partir da década de 1960, já nos governos militares, que as políticas públicas focaram sistematicamente a ocupação do centro-norte-amazônico brasileiro. Baseadas num conjunto de medidas de estímulo ao capital, que envolviam desde a montagem de infraestrutura até a concessão de créditos, armou-se no sertão brasileiro aquilo que José de Souza Martins, numa releitura da Geografia e de redefinição conceitual, chamou de *frente pioneira*.

Tais medidas deram início a uma profunda reconfiguração territorial dessa imensa porção do país. As iniciativas se sedimentaram em quatro eixos fundamentais, sendo dois deles *royalties* (mineração e hidrelétricas), um como *commodity* (agropecuária) e, por fim, um de base industrial, situado na Zona Franca de Manaus. Apesar de ter se criado institucionalmente uma nova e vasta região de investimento denominada Amazônia Legal, que envolve nove estados, sendo os sete do Norte, um do Centro-Oeste (Mato Grosso) e um do Nordeste (Maranhão), os impactos das transformações territoriais do avanço capitalista sobre o sertão brasileiro podem ser medidos com base nos dois principais biomas que articulam a vasta região: o Cerrado e a Amazônia, indo além, portanto, das fronteiras da Amazônia Legal.

Para sedimentar as novas práticas produtivas, entrepostos foram montados, cidades foram criadas e/ou impulsionadas, novas frentes de ocupação demográfica foram estimuladas pela necessidade de trabalhadores. No que se refere à agricultura, a modernização da produção redesenhou os campos do sertão e redefiniu a sua paisagem. Leitões de rios se transformaram, represas imensas inundaram histórias e apagaram rugosidades. Por outro lado, rios também deixaram de existir pelo mal uso dos recursos hídricos e outros tantos foram poluídos pelos insumos da mineração. Matas vieram a baixo, expondo ao Brasil e a uma parcela do mundo as nuances da mudança climática.

Porém, o território se define fundamentalmente pela presença de seres humanos, organizados em grupos sociais distintos presentes no espaço e, nesse sentido, uma gama diversa de grupos sociais presentes nesse imenso sertão foi escandalosamente ignorada das políticas de desenvolvimento regional do centro-norte-amazônico. Trata-se, obviamente, das comunidades tradicionais, traduzidas na existência de camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e outras manifestações. Acontece que a omissão em política pública também é uma forma de política pública. Quando se ignora uma determinada situação, é porque se priorizou outra. Ora, a omissão às comunidades tradicionais presentes no sertão brasileiro nos projetos de desenvolvimento regional forçou uma ampla mobilização, com amparo muito forte na academia brasileira, de políticas públicas reparadoras, visando à mitigação dos impactos causados pela sede do capital.

Essas comunidades tradicionais não implicam exclusivamente em vidas e modos de vida diversos, diferentes (o que já seria o bastante para a sua consideração pelos governos federais e estaduais nesse contexto ao longo dos últimos 60 anos), mas de um saber específico e apropriado, construído secularmente para lidar com a produção sustentável do sertão, tanto no Cerrado quanto na Amazônia, zelando pela vida em suas várias dimensões: a sociobiodiversidade. É nessa perspectiva que se funda o contraponto à produção capitalista: a realização de uma produção não predatória, que

harmoniza os elementos vivos – da fauna, da flora e antrópicos – e não altera a ordem da Terra. Mas essa *alteridade*, como qualquer outra que se apresentou ao modo de produção hegemônico nos últimos 200 anos no planeta, é tida como empecilho.

É com base nessa realidade contraditória que as instituições Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal do Tocantins, Universidade Federal do Mato Grosso, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Estadual de Goiás, Instituto Federal de Goiás e Instituto Federal Goiano, pelo Brasil, e a Universidad de Granma, de Cuba, organizadas em torno do projeto Capes/Programa de Apoio à Pós-Graduação e a Pesquisa Científica e Tecnológica em Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil (PGPSE/4611) - **Desenvolvimento Territorial e Sociobiodiversidade: perspectivas para o mundo do Cerrado**, realizaram o *I Congresso Internacional de Geografia e Desenvolvimento Regional Brasil-Cuba: território, sujeitos e linguagens além das fronteiras (I CIGEO-DR)*. Este evento ocorreu em Manaus – AM entre os dias 17 a 21 de junho de 2019.

Este evento resultou de esforços de pesquisadores brasileiros e cubanos em torno da cooperação acadêmica, a partir de missões científicas de brasileiros em Cuba e de cubanos no Brasil, consolidando o objetivo de fortalecer redes de cooperação científica, acadêmica e pedagógica, que proporcionem a elaboração de agendas de pesquisa em comum, especialmente com o grupo de estudos “Espaço, Sujeito e Existência – Dona Alzira” (IESA/UFG) e o “Centro de Estudios de Dirección y Desarrollo Local” (UDG).

Com o eixo transversal em torno das categorias “desenvolvimento, território, sujeitos e linguagens” o evento partiu de interesse temático diverso, plural e aberto aos diferentes campos de saberes, o que corresponde aos anseios e conteúdos sociais presentes na realidade brasileira e cubana. Esta primeira edição do evento foi realizada em parceria com os eventos *II Colóquio Internacional Cuba-Brasil (CUBRA)* e o *II Seminário Internacional Meio Ambiente, Dinâmicas Regionais e Planejamento Territorial na Amazônia e Cerrado (MADREPLAC)*.

Diante do exposto, dever-se-ia certificar: os trabalhos de campo, os seminários e colóquios; as missões científicas; as orientações e, também, os trabalhos cartográficos, tornaram possível incrementar uma leitura das diferentes propostas de desenvolvimento territorial do Cerrado brasileiro. Constam, em todas as operações inclusas do projeto, diálogos com vários campos de saberes em torno da sociobiodiversidade. Conceitos como “cultura ecológica de povos originários”; “territórios tradicionais”; “práticas espaciais”; “tecnologias sociais de camponeses”; “relação entre lugar e existência”; “impérios agroalimentares” – e tantos outros” – fomentaram e fomentarão outras interpretações que poderão, no futuro próximo, servir para o desenho de políticas públicas ou de políticas territoriais para o Cerrado.

Neste sentido, os textos desta edição especial foram selecionados pela comissão científica do evento e representam pensamentos diversos sobre questões que pairam aos olhares geográficos e de suas áreas afins, figurantes como realidades manifestas no Cerrado e na Amazônia, afetados pelo mesmo movimento. Cabe-nos, como coordenadores do projeto, o agradecimento especial à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, como os integrantes e parceiros desse projeto.